

AFROS & AMAZÔNICOS



INTERSECÇÕES ENTRE COLONIALISMO E O HISTÓRICO MIGRATÓRIO CONGOLÊS: O CASO DO ESTADO LIVRE DO CONGO

Intersections Between Colonialism and the Congolese Migratory History: The Case of the Congo Free State

*Felipe Antonio Honorato**

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar como as diferentes estratégias utilizadas pelo colonialismo belga para ocupação, exploração e espoliação do Estado Livre do Congo, nome recebido pela atual República Democrática do Congo entre 1885 e 1908, acabaram por influenciar os movimentos migratórios, sejam eles internos ou externos, na então colônia pessoal do rei Leopoldo II, da Bélgica. Utilizando a revisão bibliográfica como ferramenta metodológica, acabou-se por identificar que a aproximação da administração leopoldiana do modelo de mandato indireto, a centralidade da navegação fluvial no Estado Livre do Congo, a urbanização e a escassez de mão de obra produziram desdobramentos migratórios importantes no território.

Palavras-chave: Estado Livre do Congo; Colonialismo; Migração; Leopoldo II; República Democrática do Congo.

Introdução

O colonialismo foi um fenômeno que começou com as chamadas grandes navegações, no século XVI, e só foi terminar com a independência política das últimas colônias existentes em África e no sudeste asiático, já na década de 1980. Em seus quase 500 anos de duração, no entanto, o colonialismo mostrou-se não ser um fenômeno homogêneo, podendo ser dividido em fases que guardam particularidades entre si, bem como assumiu nuances próprias de acordo com o país que o praticava e as regiões onde era praticado.

As diferentes estratégias utilizadas pelas potências internacionais para ocupação, exploração e espoliação de terras

estrangeiras durante o colonialismo acabaram por influenciar e causar deslocamentos humanos. Neste artigo é lançado um olhar mais minucioso ao caso dos movimentos migratórios, sejam eles internos ou externos, provocados ou influenciados pelo colonialismo europeu na atual República Democrática do Congo durante o período em que o país se chamou Estado Livre do Congo (1885 – 1908).

Colonialismo: uma breve introdução

Em abril de 1500, Pedro Álvares Cabral aportou no nordeste brasileiro. Não houve, de imediato, um processo de ocupação e exploração do território encontrado por parte da Coroa Portuguesa. Demorou cerca de 30 anos para que se iniciasse o processo de divisão do território em capitânicas hereditárias e para que os engenhos de cana de açúcar virassem um grandioso e lucrativo empreendimento econômico (SCHWARCZ; GOMES, 2019). Analisar este processo de achamento e ocupação do que viria a se chamar Brasil permite observar muitas das características que marcam o chamado colonialismo mercantil, a primeira fase do colonialis-

* Doutorando em mudança social e participação política e mestre em estudos culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Professor do Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas - IESCAMP. Pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisa em História Oral (GEPHOM / EACH-USP) e no Grupo de Trabalho sobre política externa brasileira do site Manchetômetro, do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP / IESP - UERJ). Faz parte do grupo de trabalho "migrantes e refugiados" da rede de jovens pesquisadores da Cátedra Jean Monnet / FECAP.



mo. Neste momento histórico, que vai do século XVI ao século XVIII, as áreas de ocupação do colonialismo estavam no dito “novo mundo” – as Américas; as grandes potências mundiais eram, então, Portugal e Espanha, que detinham sob seu controle a maior parte destas terras estrangeiras ocupadas. As justificativas para subjugação de outros povos, não brancos, e para a ocupação, exploração e espoliação de terras além mar eram de ordem religiosa (FERRO, 2017).

Falando de forma específica do colonialismo português, aplicado no Brasil, neste momento histórico: ele tinha como base o *plantation*, um modelo de produção agrícola que consistia em grandes latifúndios monocultores, com produção voltada para exportação. Nesses latifúndios, a mão de obra utilizada era a escrava, formada por africanos negros escravizados. Isto leva a outra particularidade do colonialismo português praticado durante o colonialismo mercantil: até o século XVIII, as relações entre Europa e África eram estritamente comerciais – países africanos e europeus, inclusive, disputavam espaço, de forma equitativa, no âmbito diplomático (AZEVEDO, 2010); colônias duradouras e de grande escala no interior do continente africano eram inexistentes, em oposição a pequenas provisões comerciais costeiras, estas sim mais comuns (SCHWARCZ; GOMES, 2019); a única exceção era Luanda, colônia portuguesa, justamente criada por razão da luta lusitana pela hegemonia no tráfico atlântico (AZEVEDO, 2010).

Ruy Moreira, discorrendo sobre o nascimento da geografia, traz que:

As décadas finais do século XIX marcam a passagem do capitalismo à sua fase superior: o imperialismo. E o nascimento do imperialismo traduzir-se-á, no plano da política internacional, como uma intensa luta entre as potências imperialistas pela divisão dos continentes em zonas de influência. Dessa forma, a entrada do capitalismo em nova fase trará profundas transformações geográficas, no plano da realidade e, conseqüentemente, no plano do saber. (MOREIRA, 2009, p. 05)

Segundo Milani (2011, p. 10), “O período que se estende entre a segunda metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial de 1914 é o do Capitalismo Monopolista e o da expansão imperial”. Lênin apresenta cinco características principais deste período:

em primeiro lugar, o processo de concentração de capital e de produção (as empresas capitalistas tornaram-se cada vez maiores em dimensão, número de trabalhadores e produção) levou as mesmas a um processo de fusões, incorporações e constituições de monopólios (como os trustes norte-americanos e os cartéis prussianos); essa indústria centralizada e monopolizada fundiu-se ao capital bancário, fazendo nascer a oligarquia financeira e o predomínio do capital financeiro sobre o industrial; dessa forma a exportação de capitais adquire prevalência em relação à exportação de mercadorias; e constituem-se as associações internacionais entre os capitais monopolistas, repartindo economicamente o mundo entre si; temos que, por último, a partilha territorial do mundo se dá entre as potências hegemônicas do capitalismo. (MILANI, 2011, p. 64)

Os países do centro do capitalismo passam, entre os séculos XVIII e XIX, pelas Revoluções Industriais. Fenômeno descrito por Celso Furtado (1966, p. 04) como “*rápido e inusitado crescimento das forças produtivas*”, serviu como alicerce para que a civilização europeia se tornasse a primeira civilização de âmbito mundial (FURTADO, 1966). A ciência experimental, criada no próprio continente europeu na primeira metade do XVII, serviu como base para que uma grande quantidade de evoluções técnicas e tecnológicas fossem atingidas (FURTADO, 1966), levando ao “*inusitado crescimento das forças produtivas*” que, por sua vez, impulsionou o capitalismo (MILANI, 2011): neste período foi inventado, dentre outras coisas, o cimento Portland, a dinamite, o telégrafo e o barco a vapor (MILANI, 2011). As potências europeias, assim como os Estados Unidos da América e o Império Japonês, se viram na necessidade de buscar novos mercados consumidores e novas fontes de matérias primas: agora



se produzia mais, em menos tempo e se tinha uma capacidade maior de escoamento da produção. A solução encontrada fora, então, a ocupação, exploração e espoliação de África e do sudeste asiático:

Manter os povos não industrializados distantes da lógica da economia-mundo era perder uma fonte inesgotável de matéria-prima e trabalhadores braçais baratos. Mais do que isso, era excluir do consumo de excedentes e supérfluos, grande parte da população mundial. (MILANI, 2011, p. 35)

Foi preciso mudar aquela relação equitativa, no campo diplomático, e estritamente comercial, que havia com África e com o sudeste asiático até então. Ruy Moreira, novamente, apresenta um fundamento que ilumina como se deu tal processo:

A escalada imperialista não poderia ser mais bem organizada. Assim como o capital introduzira a ciência nos processos produtivos, na produção industrial em particular, incorpora-a agora também institucionalmente aos seus projetos de espoliação territorial em escala mundial. (MOREIRA, 2009, p. 06-07)

Se durante o período do capitalismo mercantil as justificativas para ocupação, exploração e espoliação de terras estrangeiras, e escravização de povos não brancos eram de ordem religiosa, agora, nesta nova fase do colonialismo, que abrange os séculos XIX e XX e recebe o nome de capitalismo imperialista colonial, segundo nomenclatura da africanista brasileira Leila Leite Hernandez (BARBOSA, 2014), a ciência assume o papel da religião: primeiro, foi a geografia, através das sociedades geográficas, que de 1870 a 1920 viveram uma fase

definida por um intuito de incorporar os conhecimentos acumulados e articulá-los num formato de tratamento metódico e analítico de cunho predominantemente de conquista, a partir de quando as atividades das Sociedades e os interesses de dominação imperialistas se encontram [...]. (MOREIRA, 2009, p. 07)

As sociedades geográficas, já nas últimas décadas do século XIX, entram em

declínio: a geografia perdeu seu espaço dentro da logística colonial; isto por razão do ganho de prestígio científico da biologia, da etnografia e da antropologia, que passaram a fornecer, às grandes potências estrangeiras, teorias evolucionistas, de superioridade racial e cultural que justificavam seus “propósitos filantrópicos” de invadir terras estrangeiras e dominar populações autóctones para levar até eles “a civilização” (MOREIRA, 2009).

Se o período de expansão do capitalismo imperialista colonial se deu do fim do século XIX até o fim da Primeira Guerra Mundial, seu auge ocorre justamente entre o fim do primeiro conflito mundial e a Segunda Guerra Mundial.

O modelo colonial belga e sua aplicação no Congo

Portugal e Espanha, pioneiros na “conquista e exploração de novos mundos” (M'BOKOLO, 2011, p. 367), acabaram ficando à margem das revoluções industriais (M'BOKOLO, 2011). Depois deste processo, em situação que só viria a se modificar após a Segunda Guerra Mundial, no século XX – ainda que Estados Unidos e Alemanha por muito tenham contestado tal hegemonia (MILANI, 2011) –, emergiram como as duas grandes potências mundiais o Império Britânico e a França. Durante o capitalismo imperialista colonial foram justamente estes dois países europeus que formaram os maiores impérios coloniais, conformando, então, os dois sistemas de exploração colonial que se tornaram referência para o estudo do fenômeno do colonialismo neste período histórico.

Os britânicos sistematizaram o que se chama de *indirect rule*, ou, em tradução livre, mandato indireto. Era um sistema de ocupação, exploração e espoliação colonial altamente descentralizado, que se sustentava em cima de três pilares:

a *Native Authority* (que geria os assuntos “costumeiro” dos nativos), a *Native Treasury* (encarregada de gerir as finanças da administração local), e a *Native Court* (encarregada dos assuntos jurídicos das



comunidades nativas). (MABEKO-TALI, 2013, p. 747-748)

Jean Mabeko-Tali completa dizendo que o mandato indireto britânico era:

[...] uma estrutura que, de certo modo, acabava delegando poderes locais sob responsabilidades de autoridades nativas, e, deste modo, diluindo o poder direto, rígido, do governador, além de poupar meios financeiros e recursos humanos metropolitanos – mesmo se isto tudo acabava sendo muito relativo no cômputo global do sistema de ocupação e opressão coloniais. (MABEKO-TALI, 2013, p. 748)

Observando-se a última parte da citação acima, é necessário frisar que o mandato indireto não nasceu de uma preocupação, por parte do poder colonial britânico, de integrar os povos colonizados na administração colonial ou significou um tratamento menos cruel aos povos das colônias; no entanto:

o indirect rule abriu indiretamente brechas sistêmicas que permitiram aos colonizados forjar identidades específicas dentro do próprio sistema colonial, e ao mesmo tempo deu lugar a um relacionamento no qual a violência colonial acabou sendo menos direta em certas circunstâncias, salvo quando se tratasse de esmagar e controlar as rebeliões dos colonizados. (MABEKO-TALI, 2013, p. 747)

O sistema de exploração colonial que caracterizou o colonialismo francês neste mesmo período, de certa forma, representa uma antítese do *indirect rule* britânico, até mesmo no nome: *direct rule*, ou mandato direto, novamente, em tradução livre. Assim o mandato direto se caracterizava:

o administrador territorial, ou governador, constituía um autêntico déspota: ele era o topo de um poder vertical, centralizado, que dirigia com uma mão férrea o território colonial sob sua jurisdição. (MABEKO-TALI, 2013, p. 748)

Tal caracterização, todavia, não significa, de modo algum, que o colonialismo francês não recorria, em nenhuma circunstância, ao poder de autoridades tradicio-

nais – sim, isso aconteceu em algumas regiões administradas pela França, mas

ao contrário do modelo britânico, a autoridade conferida aos chefes “tradicionais” de tais microentidades era mais simbólica do que efetiva. Na prática, porém, essa autoridade acabava colocando esses chefes num beco sem saída. (MABEKO-TALI, 2013, p. 748)

Tomando o *direct rule* e o *indirect rule* como referências, pode-se se dizer que o colonialismo belga aplicado em suas colônias – que corresponderam ao que hoje se denomina República Democrática do Congo (RDC), República de Ruanda e República do Burundi – foi um híbrido do modelo francês com o modelo britânico, variando de acordo com a localidade onde era aplicado e sob quais circunstâncias ele era aplicado: no caso da atual RDC, o colonialismo belga se aproximou do *indirect rule* durante o período do Estado Livre do Congo (1885 – 1908), período este que será esmiuçado no decorrer do capítulo, tendo, posteriormente, durante os anos do Congo Belga (1908 – 1960), se assemelhado mais ao *direct rule* francês.

Mabeko-Tali (2013, p. 749), classificou, de forma geral, o colonialismo belga como um “*direct rule com veleidades pouco consequentes de indirect rule*”:

[...] o regime colonial iria utilizar de forma viciosa os chefes africanos: primeiro destituindo-os dos cargos que lhes cabiam por leis costumeiras, e depois, quando perceberam que seria mais útil para os interesses coloniais servir-se deles, acabando por instrumentalizá-los como auxiliares. Como em todo lado, esta instrumenta-lização acabou desprestigiando os chefes juntos das suas comunidades, colocando o próprio poder colonial numa situação ambígua. Por um lado, tinham que aceitar que esses representantes do poder tradicional se tornassem poderosos, o que não era do interesse colonial. Por outro lado, a falta de confiança que as populações africanas depositavam nesses chefes não era tampouco do interesse da administração colonial pois eles representavam o melhor vínculo que as autoridades podiam obter com as populações rurais. (MABEKO-TALI, 2013, p. 749)



Colonialismo e migração: a mobilidade do congolês e a presença de belgas e outros estrangeiros na colônia durante o Estado Livre do Congo

Guy Vanthemsche (2014), ao caracterizar o antigo Império Colonial Belga, lista algumas particularidades, dentre elas: os belgas dominaram “apenas” um território ultramarino; tal território não teve ímpeto expansionista e se manteve com as mesmas dimensões durante toda sua duração; foi o império colonial de menor duração, depois do alemão, tendo vigorado por 52 anos – de 1908 a 1960. Dois pontos chamam a atenção na caracterização feita pelo historiador belga: ao cravar que o Império Colonial Belga durou de 1908 a 1960, ele exclui o Estado Livre do Congo, que durou de 1885 a 1908 e posteriormente se transformou no antigo Congo Belga, de sua conta; além disso, ao dizer que os territórios estrangeiros dominados pelo país europeu se limitaram a “apenas” um território, também exclui Ruanda-Urundi do antigo império belga.

Para a exclusão de Ruanda-Urundi, uma passagem elaborada por Carlos Serrano e Kabengele Munanga pode servir como uma explicação mais sintética:

Ruanda e Burundi foram conquistados pela Alemanha em 1890. Unidos em 1899 sob o nome de Ruanda-Urundi, passaram os dois países a formar a colônia alemã na África oriental. Após a Primeira Guerra Mundial, da qual a Alemanha saiu perdedora, esse território foi entregue à Bélgica em regime de tutela. A Bélgica o administrava a partir de sua colônia do Congo [...]. (SERRANO; MUNANGA, 1995, p. 42)

Portanto, por definição, Ruanda-Urundi não era uma colônia belga, apesar de o ser na prática. E a que, afinal, se deve a exclusão do Estado Livre do Congo do cálculo do historiador belga?

A Bélgica se tornou uma nação independente em 1830, após se separar dos Países Baixos (MILANI, 2011). O país teve como primeiro mandatário o rei Leopoldo I, que governou por 35 anos. Após seu fale-

cimento, seu único filho vivo, Leopoldo II, assumiu (MILANI, 2011).

Em 1865, quando Leopoldo II sobe ao trono, muitos fatores afastam a Bélgica do advento colonial: o país não contava com uma marinha; tinha uma lógica econômica voltada para o continente europeu e baseada na mineração e na siderurgia (WESSELING, 2008); pairava, sob o imaginário nacional, as más lembranças de uma aventura colonial fracassada, ocorrida nos territórios correspondentes a atual Guatemala por volta da década de 1840 (HONORATO, 2019); o espírito econômico liberal era um consenso dentro do país, corrente de pensamento que, naquele momento histórico, questionava a legitimidade da obtenção de colônias como algo lucrativo (VANTHEMSCHE, 2014); além de tudo isso, como país constituído a partir dos interesses da Inglaterra e da Prússia para servir de tampão geográfico, barrando os ímpetos franceses (MILANI, 2011), a Bélgica foi, desde sua fundação, submetida a uma neutralidade diplomática forçada (VANTHEMSCHE, 2014). Por tais razões, nos idos de 1865, a sociedade belga, incluindo-se neste conceito as elites econômicas e políticas, não demonstrava vontade alguma em inserir o país no colonialismo (VANTHEMSCHE, 2014).

No entanto, Leopoldo II havia declarado que tornaria a Bélgica “maior, mais forte e mais bonita” (HONORATO; PAIVA JÚNIOR, 2020, p. 248); por isso, justamente, passava adquirir uma colônia ultramarina: tendo em vista o horizonte dos desdobramentos geopolíticos da França e da Grã-Bretanha de sua época, ele queria, assim como os países citados, tornar seu reino uma potência colonial (HONORATO; PAIVA JÚNIOR, 2020); além disto, para ele havia a “necessidade de promover o comércio e a exportação de produtos belgas” (GONÇALVES, 2016, p. 39). Não configura um exagero, então, afirmar que a entrada da Bélgica no advento colonial foi fruto do esforço de uma única pessoa: obter uma colônia era uma vontade e uma convicção pessoal de Leopoldo II.



Para conquistar seu objetivo pessoal, Leopoldo teve de elaborar uma estratégia específica, que não contaria com a ajuda do governo belga: além das questões expostas anteriormente, que alijavam a Bélgica de um empreendimento colonial, o Estado belga fez questão de se afastar do projeto do rei por avaliar que ele representava sérios riscos para a segurança e para o orçamento nacional (VANTHEMSCHE, 2014). Leopoldo II, então:

[...] fundou a Associação Internacional Africana (AIA), como fruto da Conferência Geográfica de Bruxelas, realizada em 1876. A associação, que oficialmente tinha fins filantrópicos, contava com Leopoldo como seu presidente. A serviço da AIA, que mudou seu nome para Associação Internacional do Congo (AIC) em 1883, Henry Morton Stanley, explorador anglo-estadunidense, fechou uma série de acordos com líderes locais no território da atual República Democrática do Congo, delimitando assim, as dimensões da futura colônia do rei belga. Tendo a AIC seus domínios territoriais reconhecidos pelas potências internacionais durante a Conferência de Berlim, realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, sendo ratificado o direito ao território pelo parlamento belga neste mesmo ano, e contando a associação com Leopoldo II como o seu responsável legal, o soberano do país europeu se tornou dono único de toda uma nação africana – estava criado o Estado Livre do Congo. (HONORATO, 2020)

Portanto, Guy Vanthemsche acertou em excluir o Estado Livre do Congo de seus cálculos sobre a longevidade do Império Colonial Belga: o território foi uma propriedade da AIC, comandada por Leopoldo II, não do Estado belga. Tal fato acabou por aproximar o Estado Livre do Congo do modelo do mandato indireto britânico: Rosana Gonçalves (2016) destaca que os contratos firmados pelo Comité d'Études du Haut-Congo (CEHC) em nome da AIA, que foram responsáveis por garantir o território e o direito à exploração do comércio no Estado Livre do Congo, incluíam a obrigação dos chefes locais africanos de ceder mão de obra à administração colonial, “sendo para este trabalho previsto contrato

e salário” (GONÇALVES, 2016, p. 48). No entanto, a mesma pesquisadora traz que a AIA definiu “regras para o confisco de terras e para o recrutamento de pessoas para as formas compulsórias de trabalho” (GONÇALVES, 2016, p. 44). Mabeko-Tali (2013, p. 749) reforça que os chefes locais acabaram por, cumprindo exigências do poder colonial, impor “trabalhos forçados e agro-culturas compulsivas” a nativos, assim como:

[...] também recrutavam das suas próprias comunidades os indivíduos que iriam servir nas milícias coloniais em guerras de “pacificação” noutras colônias ou como conscritos nos exércitos coloniais durante as duas Guerras Mundiais. (MABEKO-TALI, 2013, p. 749)

Esta conjuntura teve importantes desdobramentos migratórios no território africano do soberano europeu: por ser propriedade de uma organização privada e não contar com o envolvimento do Estado belga em seu regime de ocupação, exploração e espoliação, o Estado Livre do Congo, durante a maior parte de sua existência, foi ocupado por uma legião de funcionários estrangeiros da AIC, da qual poucos belgas faziam parte – “A imigração belga para o Congo foi limitada durante o período do Estado Livre do Congo, tendo como pico a quantia de 1.500 belgas vivendo no país em um determinado ano”¹ (FLAHAUX; SCHOUMAKER, 2016); além disto, a aproximação do sistema de administração colonial leopoldiano do mandato indireto garantiu que a quantidade de estrangeiros brancos no Estado Livre do Congo não fosse tão volumosa – no momento da criação da colônia, por exemplo, havia no território 254 brancos, número que atingiu a quantia de 1.428 em 1908, quando o Estado Livre do Congo tornou-se o Congo Belga (M'BOKOLO, 2011).

Apesar da exigência de trabalho compulsório feita a lideranças locais, a

1. Tradução do autor. Texto original: “Belgian migration to the Congo was limited during the Congo Free State period, with at most about 1,500 Belgians in-country in a given year”.



África Equatorial Francesa e adjacências, das quais o Estado Livre do Congo fazia parte, sofriam com a falta de mão de obra (MABEKO-TALI, 2013). Por isso, houve a “importação” de força de trabalho para a região:

A presença de belgas e o interesse da sociedade belga pela colônia foram mudando consideravelmente e de forma paulatina ao longo do tempo: organizar um sistema de ocupação, exploração e espoliação de um território estrangeiro era algo extremamente custoso. Mesmo sendo Leopoldo II uma pessoa riquíssima, sua colônia pessoal acumulou seguidos prejuízos financeiros em sua primeira década de vida (VANTHEMSCHE, 2006). A partir de 1895, no entanto, a exploração de marfim e principalmente a de borracha, obtida a partir de uma variedade de cipó, tornaram o Estado Livre do Congo altamente lucrativo para o monarca (VANTHEMSCHE, 2006); se em um primeiro momento a idéia de ter uma colônia foi encarada de forma cética pelas elites políticas e econômicas belgas, a partir da virada do século XIX para o século XX, observando os lucros que Leopoldo II estava obtendo com a borracha e o marfim, o colonialismo passou a não ser mais mal visto no país europeu. A imigração belga para o Estado Livre do Congo acompanhou o crescente interesse – em 1885 eram 46 belgas no território africano, número que aumentou para 1.060 em 1898, e estava em 899 no ano da transferência do controle para o Estado belga.

Como já citado anteriormente no texto, entre os séculos XVIII e XIX os países do centro do capitalismo passam pelas Revoluções Industriais (FURTADO, 1966). Período de rápido e inusitado crescimento das forças produtivas, teve como base uma grande quantidade de evoluções técnicas e tecnológicas: neste ínterim foi inventado, dentre outras coisas, o cimento portland, a dinamite, o telégrafo e o barco a vapor (MILANI, 2011). Se Gonçalves (2016) indica que, para o capitalismo imperialista colonial, a invenção da metralhadora e do quinine, que reduziu drasticamente as mortes

por malária, tiveram centralidade, pois permitiram o avanço europeu sob o interior do continente africano, no caso específico do Estado Livre do Congo este protagonismo pode ser dividido também com o barco a vapor: Até 1870, pouco se conhecia o território correspondente a República Democrática do Congo do presente além de sua parte oriental (MERRIAM, 1963); uma descoberta mudou os rumos deste panorama e abriu a RDC à exploração do colonialismo europeu – Henry Morton Stanley, explorador anglo-estadunidense que, assignado por dois jornais, partiu, em 1871, para África em busca de um outro explorador britânico desaparecido, o escocês David Livingstone, acabou por descobrir que o território congolês, em boa parte coberto por densas florestas equatoriais e envolto de misticas, podia ser atravessado fluvialmente, por meio do Rio Congo e seus afluentes (WESSELING, 1998). A partir de então, a navegação fluvial se tornou peça chave do sistema de ocupação, exploração e espoliação do Estado Livre do Congo por parte de Leopoldo II.

A violência da administração leopoldiana (mutilações de pés, mãos e nariz faziam parte do cotidiano na colônia) e a centralidade dos rios dentro da logística colonial no Estado Livre do Congo trouxeram consigo um desdobramento migratório à colônia:

[...] os autóctones congolezes foram também submetidos a uma outra tarefa obrigatória da qual não tinham como fugir: era preciso fornecer a comida a todos os europeus que sulcavam os rios com seus soldados, transportadores e outros auxiliares constrangidos a viver uma vida ambulante, sem poder ocupar-se com a agricultura, a caça e a pesca. As corvéias para alimentar os estrangeiros obrigaram também os congolezes dessa época a rever e mudar repentinamente seu ritmo de produção de alimentos até então regulado com base no seu próprio consumo. As mudanças impostas eram tão brutais que eles não conseguiam se adaptar. As populações ribeirinhas eram mais expostas que as outras a essas exigências intempestivas dos visitantes estrangeiros. Às vezes em ausência



de provisões, elas se viam obrigadas a comprá-las em outros lugares e oferecê-las aos visitantes por medo das represálias. Para se libertarem dessa situação, muitos buscavam refúgio nas zonas não ribeirinhas. Assim, as margens dos rios se esvaziavam em proveito da hinterlândia. (MUNANGA, 2011, p. 06-07)

A fuga das populações ribeirinhas rumo ao interior não foram os únicos movimentos migratórios internos provocados pelas escolhas do poder colonial no Estado Livre do Congo – houve também a urbanização. A urbanização não foi um fenômeno restrito ao período colonial, mas ela teve na colonização seu principal vetor: não só antigas cidades se expandiram, como também novos agrupamentos urbanos foram formados. Isto fez com que movimentos populacionais internos fossem gerados dentro do Congo: da mão de obra desejada (congoleses ou estrangeiros) em direção a estas áreas urbanas, e de nativos, que, por ventura atrapalhassem o caminho do desenvolvimento traçado pelos colonizadores, em sentido contrário. Kinshasa constitui-se como um exemplo emblemático disto: de nome colonial Leopoldville, a cidade foi criada a partir de um assentamento formado em 1881, às margens do lago Malebo (naquele momento batizado de lago Stanley). Para construção deste assentamento, populações nativas Ndolo, Kintambo, Lemba e Kimpoko foram expulsas de forma violenta pelos colonizadores (TSHIBAMBE; KABUNDA, 2010).

Considerações finais

Fica claro que o fato de o Estado Livre do Congo ter sido uma colônia de propriedade de Leopoldo II e um afastamento do Estado belga do empreendimento pessoal do monarca teve uma consequência prática: uma aproximação do modelo de administração aplicado no território africano do *indirect rule*, ou mandato indireto. Isto produziu, no campo migratório, uma consequência específica: a baixa presença de belgas no Estado Livre do Congo, ao menos de início. Com a evolução dos lucros de Leopoldo II, obtidos através do

extrativismo da borracha e do marfim, a população belga na colônia foi evoluindo, à medida que o interesse da sociedade belga também ia crescendo com relação ao país africano de propriedade do monarca.

Observou-se, também, que a presença de imigrantes brancos no território, de forma geral, era baixa, apesar da região sofrer com escassez de mão de obra. Como solução para essa falta de força produtiva, foi adotada a imigração de africanos de outras partes do continente.

Os outros desdobramentos das escolhas do poder colonial no campo migratório ocorrido no Estado Livre do Congo foram o esvaziamento das margens dos rios, devido à centralidade da navegação fluvial na logística de exploração colonial e a violência do sistema leopoldiano de ocupação, exploração e espoliação, e o deslocamento forçado de populações nativas por razão da urbanização.

Referências

- AZEVEDO, Amailton Magno. África, diáspora e o Mundo Atlântico na modernidade: perspectivas historiográficas. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v.23, n.2, jul./dez. 2010.
- BARBOSA, M. S. Entrevista – Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez: “Leila L. M. Hernandez: uma vida com África”. **Sankofa (São Paulo)**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 140-151, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- FERRO, Marc. **A colonização explicada a todos**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- FLAHAUX, Marie-Laurance; SCHOU-MAKER, Bruno. **Democratic Republic of the Congo: a migration history marked by crises and restrictions**. Disponível em <https://www.migrationpolicy.org>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- GONÇALVES, Rosana Andréa. **Sociedades africanas frente à situação colonial europeia: o Estado Independente do Con-**



go (1876-1908). 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

HONORATO, Felipe Antonio. **Caracterizando o imaginário belga acerca da imigração congoleza**: uma análise a partir do jornal *Le Soir*. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). Universidade de São Paulo. 2019.

HONORATO, Felipe Antonio. Ocupação, exploração e gênero no Congo Belga: O caso da música popular congoleza em Léopoldville. In: **Anais XI Seminário Nacional Sociologia & Política. Anais...** Curitiba(PR) UFPR, 2020.

HONORATO, Felipe Antonio; JÚNIOR, Paulo Cesar de Abreu Paiva. Rei branco, morte negra: um olhar sobre a trajetória psicopolítica de Leopoldo II da Bélgica. *África(s)*, Vol. 7, n. 13, p. 244-258, ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uepb.br>. Acesso em: 20 out. 2020.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações* (Tomo II). Salvador: EDUFBA,

MABEKO-TALI, Jean-Michel. Considerações sobre o despotismo colonial, e a gestão centralizada da violência no Império colonial francês. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 745-770, Dez. 2013.

MERRIAM, Alan Parkhurst. **Congo**. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1963.

MILANI, Martinho Camargo. **Estado Livre do Congo**: imperialismo, a roedura geopolítica (1885-1908). Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 2. ed. 2009. Disponível em: <https://dakirlarara.files.wordpress.com>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **A República Democrática do Congo – RDC**. Disponível em: <https://docplayer.com.br>. Acesso em 17 Ago. 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Org.). **Dicionário da escravidão e libertação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SERRANO, Carlos; MUNANGA, Kabengele. **A revolta dos colonizados**: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia. São Paulo: Atual Editora, 1995.

TSHIBAMBE, Germain Ngoie; KABUNDA, Guy Mbuyi. **Migratory Dynamics in the DRC**: rationale and implications in Lubumbashi. Lubumbashi: University of Lubumbashi, 2010.

VANTHEMSCHE, Guy. The Belgian Colonial Empire (1885/1908-1960). In: GEHLER, Michael et. al. (Orgs.). **Imperien und Reiche in der Weltgeschichte: Epochenübergreifende und globalhistorische Vergleiche** (Teil 2). Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2014.

VANTHEMSCHE, Guy. The Historiography of Belgian Colonialism in the Congo. In: LEVAI, Csaba (ed.). **Europe and the World in European Historiography**. Pisa: Edizioni Plus – Pisa University Press, 2006.

WESSELING, Henk. L. **Dividir para dominar**: a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998.

-----//-----

Abstract: This article aims to analyze how the different strategies used by Belgian colonialism for occupation, exploitation and plunder of the Congo Free State, a name received by the current Democratic Republic of Congo between 1885 and 1908, ended up influencing internal and external migratory movements, in the then personal colony of King Leopoldo II, of Belgium. Using the bibliographic review as the methodological tool, it ended up identifying that the approximation of the Leopoldian administration to the indirect rule model, the centrality of river navigation in the Congo Free State, the urbanization and the shortage of manpower produced important migratory developments in the territory.

Keywords: Congo Free State; Colonialism; Migration; Leopoldo II; Democratic Republic of Congo.